

PARA ALÉM DE ACUMULAÇÃO DE POUPANÇA
E APOIO NA ESTABILIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Futuro Fundo Soberano de Moçambique deve financiar o desenvolvimento socioeconómico



1. Enquadramento

Na edição do “Flash Noticioso” publicado no dia 3 de Novembro¹, o Banco de Moçambique (BM) anunciou que o seu Administrador do Pelouro de Estabilidade Monetária, Jamal Omar, defendeu, na mesa redonda organizada pelo Instituto para a De-

mocracia Multipartidária (IMD), que o modelo de Fundo Soberano (FS) proposto pelo Banco Central **não está virado para o desenvolvimento**, mas sim para a acumulação de poupança e apoio na estabilização do orçamento em situações de choques que afectam as re-

¹ <http://www.bancomoc.mz/>



Credifox - Jornal Notícias

ceitas do Estado, numa magnitude de 10%.

Enquanto concorda com a necessidade de se usar o FS para a acumulação de poupança e apoio na estabilização do Orçamento do Estado (OE), o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) considera infeliz a opção do BM em sugerir que o FS não visa promover o desenvolvimento económico.

Esta opção do BM é preocupante, principalmente quando se tem em conta as deficiências estruturais da economia caracterizadas por falta de infra-estruturas socioeconómicas básicas, baixos níveis de produtividade da economia (particularmente a agricultura que é a actividade económica dominante)², altos níveis de pobreza e desnutrição crónica³, altas taxas de de-

semprego⁴, baixo nível de poder de compra da maioria da população e elevado custo de vida.

Nesta conformidade, o CDD questiona até que ponto vale a acumulação de poupança e a estabilização do OE se isso não significa promoção do bem-estar social? Qual é a racionalidade económica de se propor que o futuro FS não priorize o investimento em infra-estruturas socioeconómicas e no capital humano e dê primazia ao financiamento do OE que, por sua vez, tem marginalizado o financiamento de programas de protecção social (para trabalhadores informais e famílias pobres), priorizando despesas correntes⁵, com destaque para as regalias dos altos dirigentes do Estado e financiamento de empresas públicas.

² https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB_Mozambique-Pr.pdf

³ <https://www.unicef.org/mozambique/nutri%C3%A7%C3%A3o>

⁴ <http://www.mitess.gov.mz/sites/default/files/documents/files/Boletim%201%20Trimestre%202016%20%20%20COMPLETO.pdf>

⁵ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/6283-orcamento-do-estado-para-2021-despesa-publica-fixada-em-mais-de-368-mil-milhoes-de-mts>

2. Os fundos soberanos de desenvolvimento são os mais adequados para economias em vias de desenvolvimento como Moçambique, principalmente no contexto actual de queda do fluxo de Investimento Directo Estrangeiro.

A experiência internacional mostra que os fundos soberanos de investimento e desenvolvimento são mais benéficos do que os de poupança e estabilização, particularmente nos países em vias de desenvolvimento como Moçambique⁶.

Nos últimos anos, os países ricos em recursos naturais começaram a apostar em Fundos Soberanos de Desenvolvimento (FSD), seja como entidades independentes ou como parte do *Fundo Soberano de Riqueza*. São os casos do *Fundo de Investimento Estratégico da Irlanda*, do *Fundo Nacional de Investimento e Infra-estrutura da Índia*, o *Abu Dhabi Investment Authority dos Emirados Árabes Unidos* e o *Canada Pension Plan Investment Board*, só para citar alguns exemplos.

Como efeito, segundo dados da consultora norte-americana especializada em fundos soberanos, a *Global Sovereign Wealth Fund Capital*, só nos últimos cinco anos, 16 gover-

nos da Ásia, África, Europa, América Latina e Oriente Médio criaram seu próprio FSD, com os casos mais recentes na Indonésia e na África do Sul⁷. Actualmente, estes FSD tem sob sua gestão cerca de 1,6 trilião de dólares em activos financeiros.

A lógica económica para a acessão dos FSD passa também pela necessidade de contrabalançar o declínio do IDE que, de acordo de acordo com o relatório da *UNCTAD's World Investment*, publicado em junho de 2019⁸, baixou em 13% entre 2018 e 2019, uma das maiores quedas dos últimos 20 anos. Moçambique, que em 2014 chegou a se destacar como um dos maiores receptores de IDE no continente africano⁹, também seguiu a mesma tendência de queda no fluxo de IDE. Com efeito, segundo dados do BM, em 2019, o IDE do País caiu para 1.9 mil milhões de dólares, o valor mais baixo desde 2010¹⁰.

3. Não se trata de perseguir um “modelo ideal”, os moçambicanos querem apenas garantir que o FS seja gerido de forma eficiente e transparente para que seja um instrumento de promoção de crescimento económico inclusivo e gerador de bem-estar social.

Ainda segundo o *Flash News* do BM, Jamal Omar afirmou que: “Se perseguirmos o modelo ideal, os recursos podem esgotar, enquanto ainda discutimos o melhor modelo para implementar. Está é uma realidade que encontramos nas experiências que colhemos noutros países que já têm um FS em funcionamento e que são unânimes em afirmar que o modelo implementado está longe de ser perfeito, mas é funcional” ... “é preciso que tenhamos consciência de que o modelo de FS deve ser funcional, transparente e deve ter uma estrutura de governação clara, que sepa-

ra as responsabilidades das instituições intervenientes”.

Sobre os pontos específicos do modelo de governação do FS proposto pelo BM, o CDD irá fazer uma análise detalhada nas próximas edições do *Policy Update*. No entanto, como nota prévia o CDD exorta o BM para que pautar por uma postura de calma e serenidade nesta auscultação pública sobre este tema que mexe com a sensibilidade dos moçambicanos pela sua importância estruturante no processo desenvolvimento socioeconómico do País. Portanto, não se deve ter pressa em aprovar

⁶ <https://www.top1000funds.com/2020/03/the-rise-of-the-sovereign-wealth-fund/>

⁷ Idem

⁸ <https://waipa.org/blog/fdi-trends2019/>

⁹ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/06/QUEDA-DOS-PRE%3%87OS-DAS-COMMODITIES_-IMPACTO-NAS-ECONOMIAS-AFRICANAS-RENTISTAS.pdf

¹⁰ <https://macauihub.com.mo/pt/2020/03/05/pt-ide-em-mocambique-cai-em-2019-para-o-valor-mais-baixo-desde-2010/>

um modelo que não seja de consenso nacional. O BM apresentou uma proposta de modelo para ser publicamente avaliada, por isso deve acolher as sugestões dos moçambicanos e fazer reflectir na estruturação da versão final que será enviada para a apreciação e aprovação pela Assembleia da República.

Traumatizados com os sucessivos casos de

fundos públicos que se transformam em autênticos “sacos azuis”, os moçambicanos não estão a perseguir um “modelo ideal”, mas querem apenas garantir que o FS seja gerido de forma eficiente e transparente para que seja um instrumento de promoção de crescimento económico inclusivo e gerador de bem-estar social da geração actual e das gerações vindouras.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento

Director: Prof. Adriano Nuvunga

Editor: Emídio Beula

Autor: Agostinho Machava

Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando

Layout: CDD

Contacto:

Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



AFRICAN GOVERNANCE INSTITUTE

International
Institute of
Social Studies



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



OSISA
Open Society Initiative
for Southern Africa

nuffic
meet the world



Kingdom of the Netherlands



**National Endowment
for Democracy**
Supporting freedom around the world